

Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura de 3 de dezembro de 2018

Abertura

O Senhor Presidente deu as boas-vindas aos participantes e começou por lembrar que o Conselho Municipal de Cultura (CMC) reuniu pela primeira vez em Junho de 2017, sendo constituído por 20 instituições da cidade e 20 individualidades com atuação de relevo nas áreas da cultura e da arte.

Participantes:

Representantes das instituições

Câmara Municipal do Porto: Presidente Rui Moreira, Mónica Guerreiro e Guilherme Blanc;

Cooperativa de Atividades Artísticas Árvore, por José Emídio;

Casa da Música, por Paulo Sarmento e Cunha;

Coliseu do Porto, por Eduardo Paz Barroso;

Escola Artística Soares dos Reis, por José Casimiro;

Escola Superior Artística do Porto, por Maria Eduarda Neves;

Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, por Lúcia Almeida Matos;

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, por Doutor Orfeu Bertolami;

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por Maria Isabel Dias;

Fundação de Serralves, por Manuel Ferreira da Silva;

Fundação Manuel António da Mota, por Rui Carvalho Pedroto;

Santa Casa da Misericórdia do Porto, por Ilídio Lobão;

Teatro Municipal, por Pedro Sobrado;

Teatro de Marionetas do Porto, por Isabel Barros;

Representantes designados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal nos termos do artigo 3.º, n.º 1 do respetivo regulamento do Conselho Municipal da Cultura do Porto: Alexandra Balona de Oliveira, Alexandre Alves Costa, Daniel Pires, Rui Lage, Gabriela Vaz-Pinheiro, Luísa Sequeira, Manuela Matos Monteiro, Paulo Vinhas, Regina Guimarães e Vânia Rodrigues.

Ausentes: Teatro do Bolhão; Balleteatro – Escola Profissional; Conservatório de Música do Porto; Direção Regional de Cultura do Norte; Escola das Artes da Universidade Católica; Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Carla Miranda, Ana Luísa Amaral, Catarina Miranda, Gonçalo Amorim, Joaquim Moreno, Joel Cleto, Manuel Cruz, Miguel Guedes, Nuno Centeno e Susana Ralha.

Itens da agenda

1. Balanço do primeiro ano de mandato do Executivo
2. Debate de outros assuntos que os presentes entendam partilhar

Comunicações

Rui Moreira

O Senhor Presidente deu início à ordem dos trabalhos agradecendo a presença de todas e de todos, bem como pedindo desculpa pela alteração da data agendada e prevista, alegando que tal foi devido a uma questão pessoal. De seguida, deu início à sessão com a leitura de um texto de enquadramento sobre o contexto cultural, o qual fez referência aos seguintes pontos:

- I. Referiu que os factos de se encontrarem no final do primeiro ano do atual mandato e, também, no momento do início da execução do orçamento que corresponde a um dos mais dotados da história do município, pelo que considera oportuno explicar quais são as atuais prioridades políticas e de investimento para o setor da Cultura – há um plano de desenvolvimento estruturado que se iniciou há seis anos atrás com políticas e projetos que estão em curso e que precisam de ser continuados e afirmados em 2019.
- II. Fez menção a alguns dos projetos de maior relevo: i) O dinamismo do Teatro Municipal, aberto à diversidade nacional e ao trânsito internacional de criadores e espetáculos, ii) A prática da arte

- contemporânea que Galeria Municipal provoca através de exposições e projetos de prática artística nacional e internacional com forte aposta na documentação e edição; iii) A estratégia de apoio financeiro à prática artística de forma sustentada que tem vindo a ser reforçada, designadamente através da Plataforma *Pláka* (com o *Shuttle* e o *Criatório*) e cujo balanço é muito positivo, sobretudo devido às criações que partem do e para o Porto; iv) O crescimento do Programa *In Residence* com mais espaços; v) A sucessão de parcerias e coproduções que têm acontecido na cidade com inúmeros os festivais de cinema, arte, música, literatura e fotografia.
- III. Sobre o *Pláka* comunicou: i) A continuidade dos apoios à qualificação de cidadãos com capacidade artística crítica a outras vertentes, com coletivos de formação e de arte organizados por artistas e académicos que o Município tem convidado para este efeito e que este ano têm gerado encontros pertinentes e irão dar origem a um livro de ensaios e reflexões críticas sobre os resultados –referiu o exemplo do curso que se vai iniciar com Edite Robof, uma das mais influentes teóricas no campo da arte contemporânea; ii) A continuidade na política de aquisições de obras de arte contemporânea a partir das exposições patentes nas galerias da cidade (corresponde a dez obras importantes da cena do Porto, na primeira edição).
- IV. Informou sobre a continuidade dos projetos culturais municipais autónomos programados pelas equipas artísticas do Município em que se inclui: a) o *Festival DDD*, cujo acelerado crescimento justificou a criação da Associação Dias da Dança – fundada no dia 22 de outubro, pois já extravasa o Teatro Municipal e merecia ser acarinhada pela sociedade civil no seu todo; b) o *Fórum do Futuro*, cuja repercussão de públicos e de tipo de públicos é cada vez mais acentuada, ganhando uma importância crescente na divulgação acessível do trabalho de pensadores e artistas cujo trabalho marca as grandes problemáticas do nosso tempo – irá debater, na próxima edição, questões políticas e científicas sobre a ocupação, a alteridade e viagem a partir dos quinhentos anos da primeira viagem de Circum-Navegação; o *Cultura em Expansão* que irá ter uma nova fase de projeto no próximo ano, algo sobre o que depois poderá detalhar.
- V. Sobre a previsão para 2019 sobre as atividades de estímulo que já fazem parte da rotina cultural dos portuenses referiu a continuidade e que implicará parcerias com outras entidades e projetos, tais como: i) *O Objeto dos Seus Discursos* (semanal), os *Percursos Culturais* e as *Rotas de Arte Pública*, propostas pelo *Mapa de Arte Pública* que, em 2019, terá a sua versão digital e continuidade ii) o projeto de requalificação do *Museu da Cidade* com uma plataforma de conhecimento e de experiências para todos; iii) a inauguração do novo *Museu do Vinho do Porto* situado a num ponto estratégico (na Ribeira, no edifício que foi do CRAT, totalmente renovado e voltado para as caves); iv) no 2º semestre, há a abertura do nó que faltava na Rede de Museus que contam a história da cidade, com a inauguração do *Reservatório* (Parque da Pasteleira) que vai relatar a construção e a ocupação do Porto ao longo dos séculos e os seus principais episódios históricos; v) a continuidade da programação que torna acessível visitar a *Casa Marta Ortigão Sampaio* e o *Museu Romântico*; vi) o avanço com a requalificação de núcleos expositivos identitários da cidade, de que é exemplo o *Banco de Materiais* e o *Gabinete de Numismática* que irão conhecer novas instalações e ter uma consequente valorização.
- VI. No âmbito dos grandes projetos culturais e obras, disse estar previsto realizar o seguinte: i) a ampliação e requalificação da Biblioteca Pública Municipal do Porto (em São Lázaro, um projeto da autoria do Arq. Eduardo Souto Moura, por ajuste direto, após muita discussão e vicissitudes, mas que quase já só depende da aprovação do Tribunal de Contas) com um programa estabilizado e com a garantia de um crescimento significativo no que se refere à área para o Depósito Legal, além de mais e melhores condições para os muitos leitores que a frequentam e, também, de um melhor conteúdo programático; ii) o projeto internacional de requalificação do Matadouro Municipal (também um processo que está em Tribunal de Contas) que terá importantes valências culturais e sociais, além da importante situação geográfica que permitirá complementar a rede de serviços públicos de cultura na cidade e unir a parte oriental com a ocidental – Para tal, o Executivo conta com a garantia da nova Ministra da Cultura em funções e, também, para a constituição da base de um novo projeto de Arte Moderna na cidade, de modo a que o Porto venha a ser depósito da coleção Miró, garantindo que este relevante conjunto existente não seja desmembrado, algo que se fez através de compromissos entre o Município e o Ministério da Cultura e que implica uma cedência e um subsequente protocolo com a Fundação de Serralves, a qual permite reforçar o projeto expositivo.
- VII. Transmitiu a finalização do projeto de arquitetura do Cinema Batalha – que está terminado e cujo concurso poderá ser agora lançado – com o apoio do Arq. Alexandre Alves Costa para resolver as inúmeras patologias do edifício que estava num estado de ruína nunca imaginado, algo que implicará um reforço financeiro para resolver os vários problemas que têm vindo a ser detetados (por exemplo, a construção de uma caixa acústica, num caso semelhante ao que decorreu com a requalificação do espaço Aniki Bobó,

- onde também existia uma inadequação acústica do espaço para a sua utilização, sendo necessário tal intervenção para evitar problemas até com os moradores).
- VIII. Comunicou que o processo do Teatro Sá da Bandeira que, ao fim de mais de um ano de luta e de entrega de documentação ao Tribunal de Contas, foi escriturado e é, neste momento, do Município. Reforçou que o objetivo foi cumprido – a classificação da sala, dado o perigo associado da alienação a que estava sujeito e que obrigou a CMP a exercer o direito de opção (num tempo record de 72 horas), de modo a não ser demolido ou transformado num hotel. Conseguindo-se assim, salvaguardar o interesse patrimonial da sala num edifício que pode, agora, ser arrendado ou vendido a uma empresa que possa dar continuidade às habituais atuações na sala, para além das outras atividades paralelas.
- IX. Fez menção a dois processos que estão em curso para a criação de espaços de residência para artistas e trabalho municipal (algo que o Matadouro poderá complementar no futuro): i) No âmbito das Artes Visuais estão a desenvolver-se esforços para criar no coração da Ribeira espaços de *Atelier* com uma área de cerca de 300 m², através de utilização de espaços desocupados e de outros espaços que serão libertos e entregues à CMP até ao final do primeiro trimestre; ii) No âmbito das Artes Performativas, está em curso a requalificação de uma escola devoluta (uma restituição do Instituto Politécnico à CMP) e a sua transformação em centro de residências artísticas (um projeto que irá colmatar carências, a ser gerido pelo Teatro Municipal).

Terminou a intervenção, disponibilizando-se para prestar mais esclarecimentos sobre todas estas questões (que são mais ou menos públicas) e abriu o debate para a discussão destes e outros assuntos da cultura.

Alexandre Alves Costa

Manifestou o interesse por focar três assuntos: 1º. Congratulou a proposta que foi apresentada na Assembleia Municipal pelo Bloco Esquerda para que se publique o Relatório do Arquiteto Fernando Távora – nos 50 anos de existência, pelo valor extremamente importante do ponto de vista pedagógico e metodológico para intervenção na cidade, até porque contou com a participação dos moradores (foi precursor, dado corresponder a uma época anterior ao 25 de abril) e de que existem poucos exemplares, pelo que considera fazer todo o sentido voltar a publicar e tem esperança de que o Executivo apoie esta iniciativa. 2º. Transmitiu que o Reservatório das Águas do Porto (na Pasteleira) está terminado do ponto de vista estrutural e que já foi entregue o projeto de musealização (de museologia e de museografia), dado este ser um espaço destinado ao Museu de História da Cidade. Sobre este projeto, esclareceu que foi selecionado e convidado a participar, em Lisboa, na Exposição do Ano Internacional do Património. 3º. Sobre o Batalha, informou que as estimativas orçamentais iniciais para a recuperação do Edifício Batalha foram muito otimistas, mas que, quando foram avaliar com mais detalhe a construção e os materiais, verificaram que o estado de degradação era muito grande e que os materiais não tinham a necessária regulamentação para a estabilidade, algo que inflacionou muito o orçamento inicial da obra de recuperação, com a agravante do tempo que passou, entretanto, e também foi muito prejudicial. Acrescentou que, atualmente, o projeto está completamente concluído e aprovado por todas as entidades, pelo que já só está a aguardar pelas questões burocráticas da abertura do concurso para se avançar com a obra, na esperança de que apareçam empresas capazes e competentes para este trabalho delicado que vai acabar com a Sala Bebé, fazer um estúdio no segundo balcão, repor o salão de chá que existia e outras alterações. Terminou, referindo que, sobre este projeto, só falta apurar se existem ou não os frescos nas paredes e a que tipo de empresa se deverá recorrer para a sua eventual recuperação, algo sobre o que solicita esclarecimento à Mesa (da Cultura).

Rui Moreira

Sobre a questão dos frescos no Edifício Batalha, informou que, no meio deste processo, morreu o autor dos mesmos, o Júlio Pomar, com quem teve oportunidade de falar e cuja ideia seria de que estes teriam sido destruídos e picados por ordem da PIDE, pelo que o pintor não demonstrou a menor vontade de que fossem feitos de novo. Acrescentou que, apesar da grande investigação para descobrir os vestígios dos frescos, permanece o mistério que tem sido uma grande dor de cabeça. Mais informou que o autor manifestou que gostaria apenas que se fizesse uma memória dos frescos, por uma atitude política, e no sentido de se perceber a mensagem do que ali se sucedeu: uma marca de que ali houve uma notória atitude de violência fascista que levou à destruição de uma obra de arte. Neste sentido, sugeriu a solução de recolocar o martelo na fachada, sendo que este poderá ser em aço, sendo que a CMP tem muita informação e um excelente registo fotográfico que permite fazer a projeção. Por fim, assumiu o compromisso de que não se vai atrasar a obra por causa deste assunto dado tratar-se de uma grande obra.

Na sequência do tema anterior, um participante (não se consegue fazer identificação) levantou questionou sobre o plano para a gestão do Batalha: Quem vai ficar com o espaço? Quem vai fazer a gestão?

Rui Moreira

Em resposta, informou que a gestão do Batalha é um assunto em análise, dado que ainda há tempo para se criar um instrumento e, em último caso, a opção poderá vir a ser uma gestão municipal. Acrescentou que não descarta a possibilidade de se estudarem outras opções, designadamente de se entregar a uma associação, tal como acontece com o Festival DDD – uma questão que se liga à criação da Empresa Municipal da Cultura (que é também muito importante para o caso do Coliseu), estando dependente da nova legislação para as empresas municipais de cultura.

Sobre a Empresa Municipal da Cultura, referiu que em Janeiro irá submeter novamente à votação do Executivo e da Assembleia Municipal este assunto e, só depois, ao Tribunal de Contas, com vista a fortalecer a continuidade do interesse da atividade desta empresa que: a) já foi chumbada por critérios que foram, entretanto, esclarecidos, resolvidos e que espera sejam também ultrapassados, com esta nova fase em que o contexto legal e governamental é mais favorável; b) está sujeita a uma eventual mudança de Executivo e de ciclo político dentro da CMP; c) depende da votação do Executivo, da Assembleia Municipal e da vontade democrática da cidade.

No caso da impossibilidade de se concretizar o projeto da Empresa da Cultura, referiu que será necessário arranjar de imediato outra solução ou rumo. Porém, ressaltou os aspetos que considera que esta tem e que são cruciais, tais como: 1ª A contratação e pagamento dos serviços das pessoas (a possibilidade de se poder passar a pagar dignamente os trabalhadores especializados que muitas vezes não são reconhecidos, por ex., por não serem licenciados); 2ª A facilidade nas contratações de serviços (por ex. a companhias estrangeiras); 3ª A resolução de problemas semelhantes ao que acontece com o espaço do Coliseu, que necessita com urgência de uma enorme intervenção, mas ao ser gerido pela Associação dos Amigos do Coliseu (AAC), que não tem recursos para obras, corre o risco de fechar sem que a CMP o possa subsidiar por ser também sócia. Acrescentou que se alia a este problema o facto de que, mesmo dando início às obras, este passe a deixar de ter receita, algo que colocaria em risco a empregabilidade dos seus funcionários e que não se poderá resolver senão através de uma estrutura do tipo de uma empresa municipal – propôs para análise a seguinte solução: a AAC manter-se-ia como proprietária do Coliseu e faria um trespasse e contrato de arrendamento à EM que, durante as obras, garantiria a empregabilidade dos recursos humanos e arranjará os necessários recursos para fazer as obras.

Finalizou, afirmando que, com os atuais recursos administrativos não consegue viabilizar os recursos financeiros para levar a cabo este tipo de projetos. Ou seja, sem existir esta Empresa Municipal de Cultura a CMP não terá qualquer hipótese de resolver esta questão, pelo que irá deixar à consideração das outras forças políticas este assunto que, sem dramatismo, é grave e tem vindo a ser estudado de várias maneiras, sem que se tenha conseguido encontrar uma solução alternativa, apesar da vantagem de, recentemente, terem encontrado por parte do governo e do grupo parlamentar do PS uma nova proposta normativa que abre um novo caminho. Logo, a decisão que vier a ser tomada residirá no apoio dos outros partidos e da cidade a, qual o Executivo aceitará democraticamente, para poder resolver casos como o pragmático do Coliseu ou a reabilitação do Batalha.

Regina Guimarães

Levantou as seguintes questões: Se está a ser pensada a acessibilidade ao Teatro do Campo Alegre e a animação interna deste espaço que comparativamente com o ambiente que se vive no Rivoli é absolutamente diferente, dado não estar no centro da cidade e não ser acessível para quem não tem automóvel e muito menos seguro durante a noite; Se estão a ser dados passos no sentido de orientar o Auditório Isabel Alves Costa para voltar à sua vocação de sala de cinema, obviamente, fora da competição com a o circuito comercial; O que é feito do Café Concerto Rivoli que era um bom espaço para espetáculos e onde houve reuniões públicas. Isto é, poderia albergar iniciativas interessantes como, por ex., a divulgação do trabalho das pequenas editoras que estão a remar contra os monopólios e não merecem menos apoio financeiro do poder público do que as companhias de teatro independente ou do cinema de autor; Referiu a questão das bandas que estão a ensaiar no Centro Comercial STOP e que se encontram ameaçadas de expulsão devido à necessidade de se fazerem obras naquele local por não reunir condições de segurança – Solicitou saber se aquelas bandas de garagem vão ter outro sítio alternativo para trabalhar, dada a elevada dificuldade de arranjar espaços adequados para tal e a preços acessíveis.

Guilherme Blanc

Respondendo, informou que, quando ativaram o Teatro Municipal, equiparam o Auditório Isabel Alves Costa com o Sistema DCP, de tal modo que hoje é um dos auditórios mais bem equipados para cinema. Justificou que o que aconteceu foi que a inexistência de outros espaços de exibição provocou uma excessiva ocupação daquele local para cinema, portanto, deixou de ser possível à equipa do Teatro dar resposta ao volume de pedidos recebidos nessa área, sobretudo porque se manteve sempre a preocupação de se manter coerência programática dentro do Teatro.

Informou que, entretanto, com a reabertura do Trindade e do Passos Manuel com o apoio financeiro do Município, surgiu a oportunidade de se fazer uma melhor distribuição das propostas programáticas dos recursos e de se criar um conjunto de coproduções, algo evidente com o aparecimento do cartão de cinema para a cidade (Tripass, também conhecido por Tripas) que a CMP criou de modo bastante original. Além disso, informou que foi estrategicamente decidido não transformar aquele pequeno auditório numa sala de cinema do ponto de vista programático, muito embora haja espaço para o cinema através de alguns ciclos ou programas como o Festival de Cinema Porto Post Doc ou o Festival Internacional de Cinema Queer.

Regina Guimarães

Agradeceu o esclarecimento e lançou a sugestão de que esse espaço possa ser dedicado às crianças, dado não existir nenhum na cidade com tal orientação.

Rui Moreira

Sobre a questão do Teatro Campo Alegre e dos problemas das acessibilidades, anuiu que existe um problema e que o ambiente à noite é efetivamente um pouco assustador. Neste sentido, informou que está a ser pensado resolver esta questão em articulação com o novo Reitor da Universidade, dado que a UP tem um edifício em frente ao teatro que é enorme e está pronto – a Casa de Pernambuco – onde pretende instalar um conjunto de residências para os académicos que visitam o Porto, algo que promoveria o aumento de movimento de pessoas no local. Referiu que a solução deste problema é da cidade e não pode ser visto apenas pela acessibilidade dos transportes e dos STCP ou mesmo do reforço a iluminação, dado que ali não passa ninguém de noite. Propôs como outra hipótese de resolução, a celeridade na obra do Estádio Universitário do CDUP que já foi adjudicada e irá levar, no futuro, para aquele local muita circulação de gente e até, muito provavelmente, levantar outras questões de acessibilidade, dado que existe um túnel perto, por baixo da VCI. Concluiu, afirmando que a solução deste problema passará por levar mais gente para aquele local com este tipo de estruturas e, sobretudo, com a reabertura do CDUP, um estádio universitário que irá triplicar a sua capacidade e, consequentemente, acolher muitas crianças e jovens que ali passarão a praticar desporto, dando vida aquela área da cidade.

Sobre o Rivoli, informou que na chegada à CMP se tentou concessionar aquele espaço enquanto restaurante, dado ter um ambiente um pouco estranho. Porém, apesar de ter sido feito um caderno de encargos e todo o processo para uma nova concessão, ninguém se interessou nos dois concursos que decorreram, provavelmente pela má imagem e mau uso que a anterior concessão fez do espaço que, deste modo, passou a estar “fora de moda”. Informou que, atualmente, se permitiu a algumas escolas e companhias fazerem ensaios naquele espaço (por exemplo, Pós-graduação), estando também em curso um projeto de requalificação para que se criem espaços destinados a escritórios ligados à atividade cultural e que são muito necessários – expôs que há o desejo de instalar o neste local o epicentro da Empresa Municipal de Cultura. Acrescentou que existe o Café Concerto, no Teatro de Campo Alegre, a funcionar no piso principal, com funções similares.

Sobre a questão das editoras, comunicou que tem sido feito algum trabalho, sobretudo através do Teatro do Campo Alegre, com João Gesta, dado que é lá que decorre a atividade dos “cafés literários” que é um incentivo pensado exatamente para as pequenas editoras, além do apoio que foi dado a estas através da Feira do Livro, com um pavilhão específico.

Quanto ao problema do STOP, transmitiu que este é um equipamento fundamental por permitir a experimentação da música de garagem, mas sucede que em determinada altura, foram confrontados com situações inadequadas, em virtude de aquela construção ter sido feito para outra função, a de centro comercial. Relatou que os principais problemas são a segurança e as acessibilidades de segurança, algo que está a ser analisado com a Proteção Civil e com o Urbanismo. Acrescentou, ainda, que estão a ser feitos contactos com os proprietários, mas que parece não haver interesse da sua parte em fazerem investimentos desta ordem, o que parece ser compreensível, atendendo ao montante das rendas que recebem. Logo, a solução encontrada foi a de saber se os proprietários estariam interessados em alienar o edifício para a CMP o comprar, permitindo a continuidade da atividade, mas não houve, até hoje, qualquer desenvolvimento - esta solução considerou ser a ideal, mas eventualmente também poderá vir a ser um arrendamento, à semelhança do que aconteceu com o Batalha, no caso de os proprietários não pretenderem vender o edifício.

Isabel Barros

Saudou a atitude da Câmara Municipal no que se refere à atitude de salvar as estruturas de criação, na área das Artes do Palco. Fez a ressalva de que existe um contexto em que as companhias estão a beneficiar mais da atenção do poder local, mas em que parece notório que, em termos de criação teatral há menos companhias no Porto e até o abandono



de excelentes companhias de teatro. Levantou, também, a questão do barulho que fazem as motas de água no cais da Ribeira, algo que até quase impede as pessoas de falarem umas com as outras.

Rui Moreira

Transmitiu que todas as atividades lúdicas que se praticam no rio são licenciadas pela APDL (Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana, SA) sem que a CMP possa interferir, muito embora esse assunto já tenha sido manifestado à APDL e à Capitania, tendo em conta que as atividades lúdicas que ali decorrem causam grande perturbação à cidade, aos cidadãos e aquilo que é um património imaterial: o centro histórico. Anuiu que este é um problema de ruído, mas que também provoca danos nas margens e nos cais que não estão a ser devidamente fiscalizados, designadamente no que se refere à velocidade e até à limpeza do lixo nas praias.

Quanto às Companhias de Teatro como fator de aprendizagem muito importante, informou que o Teatro Municipal continua a fazer colaborações com várias companhias, mas que o Município não pode substituir o Estado nem o Ministério da Cultura. Referiu também que o projeto da *Escola*, que sucede à entrega do espaço que estava emprestado ao Instituto Politécnico, irá resolver, certamente, algumas questões e que estas obras já estão a decorrer para as residências artísticas e para as companhias lá poderem trabalhar – como por ex.: Bandeirinha ou Radar.

Alexandre Alves da Costa

Em relação ao rio, considerou ser lamentável também a existência dos barcos rebelos que por ali estão parados. Em relação à Porto 2001, referiu que o projeto inacabado da praça D. João I, que foi concebido como uma espécie de lugar de encontro entre o Coliseu, o Rivoli, o Sá da Bandeira, etc. e que tinha por trás a existência dum café no rés do chão, ficou morto, por não haver a esplanada ou o café que estava previsto (Santa Cruz) e que agora parece estar ainda mais comprometido com as recentes obras no quarteirão de Sá Bandeira que nem se sabe bem o que são, mas parecem ter sido uma opção trágica para o quarteirão.

Rui Lage

Sobre o balanço do mandato, felicitou o trabalho realizado por o considerar meritório e talvez o melhor de todos, até então, em termos de política cultural. Por esse motivo, disse considerar ser coerente constituir uma empresa municipal para a cultura, sem contestação na cidade, a não ser a sistemática de uma determinada força política que o faz desde sempre, mas que acabará por desaparecer. Acrescentou que tal concordância não significa que esta seja a única solução possível, mas a que lhe parece ser uma solução coerente.

Partilhou duas questões: 1. O Executivo tem dado vários passos no sentido de expandir o leque de equipamentos da cultura – exemplos como o Museu de História da Cidade ou o Teatro Sá da Bandeira; a pretensão de conseguir garantir o funcionamento do Coliseu, etc. Daí advém a seguinte pergunta: Não se corre o risco de configurar uma estrutura excessivamente pesada para o município em termos de equipamentos culturais que, com o tempo, possa vir a ser até sufocante? Não corremos o risco de criar uma superestrutura da cultura que, mais tarde ou mais cedo, decorrente das exigências democráticas e de um novo Presidente da Câmara e Executivo que não tenha a mesma sensibilidade para a política cultural e para disponibilizar verbas a para este tipo de equipamentos, poderá precipitar uma degradação desses equipamentos por falhas de orçamentação? 2. Qual o papel da literatura, das letras e dos livros na política cultural deste Executivo? Pese embora reconheça que esteja a fazer-se um bom trabalho com a Feira do Livro que foi um sucesso, a cidade precisa de algo mais sistemático – cita o exemplo do último Eurobarómetro, que é um instrumento estatístico da Comissão Europeia que tem uma componente que avalia os hábitos culturais dos cidadãos dos vinte e sete membros da União Europeia e Portugal, em termos de hábitos culturais, está no fundo do pelotão e, especificamente em relação aos hábitos de leitura está mesmo em último lugar. Terminou, reclamando por uma maior mobilização da sociedade civil e, naturalmente, das comunidades escolares e do Estado central, mas também das autarquias, para que se invista mais em políticas e iniciativas municipais que, de alguma forma possam mitigar este problema e consigam seduzir mais os jovens para a leitura.

Rui Moreira

Disse acreditar num ambiente diferente com a constituição de uma Empresa Municipal da Cultura, mas afirmou que irá aguardar pelas decisões assentes na legitimidade democrática. Ainda sobre este assunto, chamou a atenção para a importância das empresas municipais como um meio único no que se refere a delegar competências municipais sem as entregar à iniciativa privada, de acordo com o interesse público.



Fez a ressalva de que muitos dos projetos que estão a aparecer, não poderiam ocorrer no início porque o Executivo não tinha capacidade para os executar e porque foi preciso, também, um certo grau de amadurecimento para tomar novas decisões – por exemplo, citou a Feira do Livro, que de início esteve para ser organizada por uma Associação e decorrer na Rotunda da Boavista, mas passou a ser assumida pelo Município em virtude da exigência de determinadas condições não consensuais (algo que chegou a dar origem a uma grande discussão com o Paulo Cunha e Silva, dado que este considerava que o Município não reunia as necessárias condições), mas todos sabíamos que esta não se podia resumir a uma venda comercial de livros. Em suma, reforçou o valor do tempo para a concretização de projetos com o amadurecimento que é fundamental, para não se cair num amanhã de contexto político alienado da cultura, a viver em função dos subsídios ou num contexto de “ressaca” semelhante ao Porto 2001.

Acautelou que a aposta no *Cultura em Expansão* foi a de deixar um grau de exigência nos cidadãos muito diferente daquele que se vivia há cinco anos atrás, ao contribuir para a qualificação das estruturas da cidade enquanto espaços de acolhimento, pois enquanto Presidente da CMP ou Vereador da Cultura, não lhe coube a si próprio programar, mas implementar uma estratégia de crescimento e de democratização da cultura capaz de prevenir uma política de subsidiodependência. Por sua vez, transmitiu que a atividade municipal obriga a que se corram riscos (como o caso do Coliseu), contrariamente a socorrer-se apenas do fenómeno de mecenato, em que estaria a competir necessariamente com outras estruturas culturais fundamentais da cidade e parceiras, como Serralves ou a Casa da Música, em que os “players” são sempre os mesmos. Assim, justificou que num contexto próximo de eleições, o Executivo terá que demonstrar a credibilidade dos projetos ligados à cultura sem pôr em risco as “contas à moda do Porto” e demonstrando que é possível fazer as duas ao mesmo tempo e com alguma tranquilidade – citou o exemplo do Sá da Bandeira, em que o investimento para exercer o direito de preferência para a salvaguarda patrimonial, teve garantia de retorno financeiro. Concluiu que tudo isto é possível fazer se a opção for de uma abordagem cautelosa, sem um discurso de vaidade ou de exibicionismo, porque foi essa dislexia entre a vontade da população e a da elite o que aconteceu na Porto 2001.

Eduardo Barroso

Comunicou que o Coliseu depende da responsabilidade de três entidades públicas – o Município, a Área Metropolitana do Porto e o Estado – que têm cumprido com a sua parte, dada a situação deficitária que é do domínio público. Neste sentido, transmitiu que o Coliseu é, hoje, um equipamento a vários títulos exemplar do ponto de vista financeiro (conforme o relatório de contas que está pronto a apresentar), dado que fatura um milhão e trezentos mil euros com atividades de acolhimento que não são apenas do estilo “barriga de aluguer” – Sobre tal expôs o seguinte: 1. Que vai receber em janeiro cerca de cinco mil pessoas, sendo que quase metade corresponde a crianças que vão ter um contacto com um teatro ou um palco pela primeira vez; 2. Que os espetáculos de comédia de tipo Boulevard têm atraído muito público e contribuído para que presentemente o Coliseu tenha resolvido muitas das suas questões do ponto de vista financeiro e do ponto de vista cultural e de programação; 3. Que têm uma melhor oferta devido à parceria e ao apoio que recebem do Ministério da Cultura no que se refere à oferta da Ópera, sendo o Coliseu coprodutor com o Teatro Nacional de São Carlos; 4. Que é muito positiva a colaboração com o Programa DDD-Dias da Dança.

Por fim, referiu que o problema grave que o Coliseu precisa de resolver se prende com a reabilitação e que para tal lhe falta o necessário apoio do Ministério da Cultura e do Estado que dizem não ter verbas, da área Metropolitana, cuja dificuldade é ser constituída por 17 Câmaras com entendimentos muito diferentes e do Município do Porto que, não vai mais além por não ter enquadramento para resolver (e sobre este, não considera que, de modo algum, exerça uma excessiva municipalização da cultura).

Isabel Barros

Afirmou ter a convicção de que a cultura chegou mais longe e está mais próxima das pessoas em virtude da diversidade de programas lançados pela Câmara, alguns deles muito próximos das populações – Citou dois exemplos: i) o concerto do Rui Veloso no âmbito do programa *Cultura em Expansão*, que decorreu numa Associação Moradores; ii) o programa *Um Objeto e os seus Discursos*.

Vânia Rodrigues

Fez o pedido de acesso à documentação sobre a reunião do Conselho, à semelhança do que ficou combinado e ficou em ata na última reunião, de modo a que as pessoas possam vir previamente preparadas para estes encontros, dando mais contributos e, também, para evitar que os assuntos sejam recorrentes. Citou exemplos de assuntos pelos quais tem interesse abordar: 1. Seria interessante poderem pronunciar-se com fundamento sobre o perfil programático das Bibliotecas e não apenas no que se refere aos encargos da sua expansão – Exemplificou: i) O que se espera destas daqui por 10 anos? ; ii) Seria interessante o Conselho Municipal da Cultura poder assumir uma posição mais fundamentada no que se refere às políticas culturais do Batalha ou de outros equipamentos; iii) Seria interessante dar mais dados aos participantes, que lhes permitam entrar na discussão de forma mais substantiva, porque se é real que há uma mudança e uma maturidade nas políticas e nos programas culturais, torna-se necessário começar a discutir alguns desses

resultados e ações (Por exemplo, discutir o impacto do esforço da internacionalização através das iniciativas como o *In Residence* ou o *Shuttle*, etc.). Deu nota de que, numa próxima reunião, essa documentação deveria chegar previamente a todos os conselheiros, dando nota de alguns tópicos dos assuntos para analisar, como costuma ser a prática comum nos outros Conselhos Consultivos. Terminou apoiando o manifesto da Regina Guimarães, dado também considerar gritante que no Norte seja notório o menor o acesso ao teatro e aos programas de criação, pelo que apela que se faça mais e em conjunto, para evitar o desaparecimento das companhias de teatro do Porto, quase sempre por insuficiência económica, mas também pelo modo como apresentam as suas candidaturas para angariar apoios que, muitas vezes, não são elegíveis por não serem bem elaboradas. Finalmente, sobre a ocupação da antiga escola para residências de artistas e desta ficar a cargo do Teatro Municipal Rivoli, considerou que estas não vão ser suficientes para dar respostas às necessidades prementes da ocupação e espaço de ensaio dos próprios artistas que o Teatro Rivoli cuja programação é cada vez maior e mais diversificada. Neste sentido, sugeriu/perguntou sobre a existência de algum “Quadro Regulamentar de cedência de espaço de criação e de difusão cultural”, à semelhança do que existe em Lisboa, algo que permitiria acautelar que as novas valências da CMP não se limitassem a alimentar apenas as necessidades do Rivoli, por muito justificadas que sejam – Propôs que o Matadouro possa vir a incluir um serviço idêntico ao que a CM Lisboa tem de no *Polo Cultural Gaivotas*, ao qual recorrem artistas de todo o país e cujo papel é prestar um apoio logístico (presencial, online e por telefone) legal e jurídico a todos os criadores, algo que se torna muito útil e acessível às candidaturas das pequenas associações que não sabem como podem legalizar espaços de ensaios ou obter financiamentos, entre outros vários aspetos.

Terminou fazendo a consideração de que este Executivo, na política de coprodução, é muito eficaz e democrático, pois usa um modelo que, muito embora possa ser questionável para muitos, consegue eleger e apoiar muitas iniciativas sem usar um apoio direto. Sobre o que afirmou que continua a existir no Porto uma certa disparidade entre a narrativa da capacidade da criação cultural (um pouco incipiente ao nível de um plano nacional e a necessitar de condições de melhorias) e a narrativa da difusão no plano da criação, a qual é muito mais dinâmica.

Orfeu Bertolami

No que se refere aos hábitos de leitura e à promoção da cultura científica, considera que 2019 é uma importante oportunidade, por ser o Ano Internacional da Tabela Periódica, algo que permite fazer uma atividade com muito impacto se bem planeada, à semelhança do exemplo recente do ano Internacional da Luz (celebrado entre 2015 e 2016) que contou com o equipamento da BMAG e teve o encerramento na Casa da Música, colocando o Porto num excelente patamar de qualidade. Neste âmbito, solicitou o apoio do Município para a organização de algo semelhante e onde prevê a participação de muitos Cientistas Químicos, Físicos e outros, na promoção da cultura científica.

Paulo Sarmento e Cunha

Demonstrou apreço por participar neste Conselho e começou por dar nota sobre o valor do trabalho que a CMP tem vindo a fazer e sobre o modo como este Executivo estruturou uma imagem de cidade da cultura que dignifica toda a cidade, de que é ex. o seu contributo para um maior sucesso da Casa da Música, mas também para as estruturas sociais, económicas, de turismo e outras, determinantes no plano nacional e nas redes internacionais de criação artística. Na Casa da Música não menosprezamos os nossos músicos, compositores nem as atividades como a Sonoscopia, dado que são estruturantes e a seu tempo irão dar bons frutos para as outras gerações.

Fez uma pequena nota sobre o Museu da Cidade porque aprecia o conceito deste tipo de museus e gosta de os visitar nos outros países por os considerar divertidíssimos, mas, sobretudo, porque estes são uma oportunidade para convocar os cidadãos a pensar no futuro da cidade, nos projetos mais mobilizadores, desde os dos bairros até aos temas mais urbanos (como os transportes públicos, etc.). Assim, deixa a proposta de que o futuro Museu da Cidade mobilize os seus próprios cidadãos, como acontece, por exemplo, com o Museu de Amesterdão, que convida os cidadãos a pensar na cidade, a criar e a comunicar sobre o modo como gostariam de ver transformada alguma parte da sua cidade.

Terminou, dando os parabéns ao Município pelo excelente trabalho realizado na recuperação do Jardim de Barão Nova Sintra, das Águas do Porto, EM.

Rui Moreira

Sobre a importância de se delinear os assuntos a abordar numa próxima reunião, concordou com o que foi solicitado, mas afirmou que é muito difícil fazer essa triagem internamente porque, normalmente, os da CMP ouvem e falam com muita gente – nesse sentido, devolveu a questão e sugeriu que fossem os próprios conselheiros a indicar os temas que pretendem ver abordados num próximo Conselho para se poder negociar os assuntos a focar.

Quanto às questões levantadas sobre as obras na Biblioteca Pública Municipal do Porto, informou que não está nada ainda fechado a nível de projeto, senão no que se refere à obra de arquitetura, mas que há muitas outras questões que

permanecem, sobretudo pela necessidade de se criarem condições para que este espaço tenha uma presença diferente na literatura e na própria cidade. Ressalvou que este é um tema muito importante e que faz todo o sentido discutir na próxima reunião porque ainda é o início do que só ficará concretizado daqui a três anos e terá de ser, necessariamente, uma biblioteca pensada para os próximos cinquenta anos – com uma interação muito diferente, que não passe apenas pela resolução da exiguidade do espaço. Neste âmbito, sugeriu convidar o Arq.º Eduardo Souto Moura para participar no próximo encontro e comunicou que gostaria muito de ouvir os conselheiros sobre algumas das decisões que pretende tomar e que têm tido alguma oposição até pelos próprios técnicos bibliotecários que trabalham na BPMP.

Aprofundou este tema, expondo o exemplo do espaço da ala sul da BPMP, no R/chão, que corresponde a uma área enorme ocupada com jornais e revistas que, evidentemente, são muito interessantes, além da respetiva obrigatoriedade de os manter como depósito legal, todavia, um *Comércio do Porto* ou um *Jornal de Notícias* não podem ter a mesma resposta de conservação do que periódicos como *Bordados e Lavores* ou a *Revista TV Guia*, que é o que está a acontecer atualmente; ao mesmo tempo que nos deparamos com a notória exiguidade de espaço para conservar montes de livros importantes que estão em situação crítica de estado devido à falta de espaço. Neste sentido, fez nota de que esta é uma obra que, naturalmente irá obrigar a pensar em acondicionamentos, de tal modo que implicou, recentemente, a tomada de decisão do Presidente de encarregar a Diretora Municipal da Cultura de procurar uma empresa especializada para custódia deste tipo de documentação, desde que esta garanta que qualquer pessoa que no futuro se dirija à biblioteca para uma consulta, o possa fazer mediante uma entrega (no prazo entre 24h e 48h; por carro ou até bicicleta). – Uma solução que foi imediatamente alvo de crítica por parte de um grupo de colaboradores internos da biblioteca, tal como aconteceu anteriormente por causa da coleção de discos, um assunto que surgiu via Azeredo Lopes, no tempo em que ainda era seu Chefe de Gabinete.

Informou, sobre o caso dos discos na BPM, que quando o Conselho de Administração da RTP ofereceu à CMP uma coleção de 15.000 discos em vinil para as Bibliotecas Municipais, o Executivo respondeu afirmativamente de imediato. Porém, ao anunciar tal à equipa da Biblioteca, verificou que já havia outros tantos discos, fruto também de uma oferta da Rádio Renascença e que, mais grave, estes nem podiam ser ouvidos por falta de recursos para a audição. Daí o surgimento do projeto da Fonoteca, para que todo o espólio dos discos pudesse ser trabalhado, inventariados e disponibilizados com meios adequados. Porém, tal decisão levou ao pedido de demissão da Diretora da Biblioteca, de então, que acusou o Presidente por retirar os discos da Biblioteca. Em suma, concluiu que este assunto precisa mesmo de ser discutido e tratado, tendo em conta que, sendo controverso, se pauta pelo objetivo de qualificar o espaço multimédia de modo a que este possa ter uma melhor interação com a leitura e uma melhor utilização de todos os recursos, inclusivamente para as futuras exposições.

Terminou, afirmando estar convencido da importância do debate do assunto Biblioteca, cujo investimento em melhores condições não pode estar limitado à visão museu-arqueológica da biblioteca das pessoas que lá trabalham cheias de boas intenções, mas sem horizonte de futuro e com ideias para a concretização das quais não seria necessário um investimento tão grande nem um projeto com autoria do Souto Moura. Lançou o tema para a próxima reunião: pensar sobre o que se espera, hoje, das bibliotecas numa cidade? Designadamente, refletir no sentido de recuperar os hábitos de leitura ou de a literatura poder passar a estar mais presente na programação dos espaços da cidade que possam, por natureza, ser mais adequados e não pensando apenas no âmbito limitado da programação da Feira do Livro, que considera ser mais um festival literário do que algo permanente. Reforçou que, no seu entender, o que se pretende de uma biblioteca não é apenas guardar livros ou fazer a conservação das lombadas sem que se chegue aos seus conteúdos porque, assim, se corre o risco de que, qualquer dia e tendo em conta a queda nos hábitos de leitura, ninguém a vá visitar e, daqui a umas gerações, estarão lá os livros, mas não os leitores.

Guilherme Blanc

Anunciou que, neste momento, está aberto o Concurso para Chefe de Divisão das Bibliotecas Municipais que corresponde ao cargo de Diretor para este espaço, pelo que sugere a todos que encorajem eventuais interessados a candidatarem-se ao lugar.

Vânia Rodrigues

Anuiu ao desafio de que pensar em questões como qual o papel da biblioteca no futuro da cidade, são reptos que fazem realmente sentido na organização das futuras reuniões, de modo a que os próximos contributos sejam mais produtivos. Afirmou, também, gostar particularmente do tema Biblioteca de São Lázaro e do quiosque que fechou e, de modo mais consistente, pensar na literatura desde a utilização à criação. Fez nota de que há mais questões pertinentes para abordar no futuro e de modo integrado, mobilizando melhor as pessoas a participar, sem que se perca tanto tempo no balanço sobre o que fez o Executivo que, sendo importante, por economia do tempo, deverá ser mais equilibrado com aquilo que se perspetiva fazer para o futuro.



Rui Moreira

Referiu não ter qualquer objeção em abordar o tema do quiosque de São Lázaro, informando que este esteve entregue à Faculdade de Belas-Artes, mas que, a dada altura, por estar fechado, foi solicitado para uma cedência por um ano (via Património e não pela Direção da Cultura) para um projeto que foi objeto de Reunião da Câmara e aprovado, com o pressuposto de que este seria dispensado do pagamento de renda se estivesse aberto e cumprisse com os horários e todas as outras contrapartidas que, depois, não foram devidamente cumpridas. Pelo que o contrato da cedência temporária acabou por terminar pela falta de cumprimento e as pessoas em causa, apesar de solicitaram a extensão do contrato por mais um ano (e com apoio financeiro) e, depois, até a compra do espaço, tal não foi possível porque era algo que não tinha legitimidade legal (a CMP não vende quiosques). Para além deste aspeto, referiu que está previsto haver naquele local uma obra de reperfilamento que implicará que aquele quiosque venha a ser retirado, pelo que, a CMP se propôs a arranjar um quiosque noutra local, algo que foi declinado. Terminou este assunto, referindo que o processo do quiosque foi meramente administrativo e absolutamente claro, que nem sequer passou pela Cultura, apesar de haver uma certa confusão gerada por contratos similares a este noutros locais ou com outras instituições – Referiu os seguintes exemplos: i) A Associação de Treinadores de Futebol a quem o Dr. Rui Rio entregou os Ateliers da Lada e que findo o tempo de cedência teria de sair, pelo que a CMP arranjou alternativa, mas foi recusada, o que não faz sentido porque a normal regulação do que é apoiado pelo Município tem de ser feita nos termos legais e de acordo com os contratos e interesse público; ii) Voltando ao caso dos quiosques, referiu que ainda há alguns disponíveis e que estes foram, há pouco tempo, divulgados em a hasta pública, sem que ninguém tenha demonstrado interesse por ficar com eles; iii) O espaço “Os gatos vadios”, que um sítio fantástico para a compra de um livro, quando leu no jornal que iria fechar pela circunstância dos senhorios terem pedido um aumento de renda considerado incomportável (na ordem dos 500€ por mês) para os inquilinos, avançou com uma proposta de apoio por parte da CMP que, no âmbito do projeto das “Quintas de Leitura” conseguiria colaborar e dotar o espaço de recursos para o pagamento da renda e tal foi aceite e em função disso, falou com o advogado do senhorio e conseguiu resolver a questão e chegar a um acordo. Porém, após toda esta intervenção, a empresa mudou de ideias e resolveu que se iria opor em Tribunal à ordem de despejo do senhorio, pelo que a CMP desistiu de colaborar. Ora, tal significa que este tipo de situações acontece, muitas vezes, não por inércia ou falta de interesse do Executivo, mas porque a própria iniciativa privada cria os seus próprios problemas e entraves à resolução dos mesmos que, obviamente, têm de ser respeitados sem que a CMP possa interferir, mesmo discordando.

Manuela Matos Monteiro

Considerou pertinente a proposta da Vânia Rodrigues no que respeita ao pedido do envio prévio dos assuntos a discutir nas próximas reuniões, mas fez a ressalva da importância de se manter a possibilidade da espontaneidade nas intervenções dos participantes porque tal é uma vantagem muito grande. Seguidamente, manifestou uma correção histórica e de discordância para com o Presidente, que afirmou que não se pode fazer cultura sem dinheiro, por considerar que tal não é verdade e até poder ser entendido como um discurso contra a cultura, sobretudo quando nesta sala se assistiu, mais do que uma vez, a discursos claros inequívocos e orgulhosos contra a cultura e até justificar o La Féria no Rivoli e a cultura sobreviveu.

Referiu que, tendo Porto uma tradição e uma história sobre a fotografia e o cinema, foi proposto ao Presidente a iniciativa de promover um mês da fotografia e do filme que foi, na altura, refutada em virtude de existir o CPF e que tal poderia concorrencial. No entanto, após esta ausência de apoio, comunica que através de nove galerias e estruturas que se juntaram e organizaram, está a decorrer o MIP - Mês da Imagem do Porto, que é um mês que une a fotografia ao cinema. Sobre este, acrescentou que, para o próximo ano, vai haver a primeira Bienal de Fotografia, apoiada pela CMP como coprodução. Fez, ainda, referência ao evento Porto Photo Fest, a decorrer sem qualquer apoio comercial ou institucional, mas que espera que, no próximo ano, o consiga, pelo que lança o convite, desde já.

Relativamente à conservação dos discos, mencionou que, apesar da concordância sobre a importância do projeto da Fonoteca e de como é preciso libertar espaço na biblioteca, tal se deve ponderar bem, pois pode haver uma parte desse património cujo lugar indicado seja mesmo a Biblioteca Municipal, pois tudo depende dos conteúdos dos discos.

(participante que não se conseguiu identificar na audição)

Concordou com a pertinência de se discutirem assuntos concretos para as participações serem mais ativas e proveitosas e referiu a enorme importância da Biblioteca Municipal na promoção dos hábitos de leitura, mas também na importância em termos de investigação para a produção de conhecimento e até da internacionalização do Porto, designadamente através do PLÁKA. Relativamente ao Arquivo do Teatro Rivoli, questionou como está a proposta do Tiago de se trabalhar o material que ali existe e se esse espólio irá estar disponibilizado no Matadouro, tendo em conta que este pode ser entendido, também, como um lugar de investigação associado aos arquivos.



Rui Moreira

Comunicou que na próxima reunião se vai debater o assunto “Biblioteca” e deixou em aberto a possibilidade a todos os participantes para fazerem as suas sugestões sobre outros assuntos, para que possam ser incluídos na próxima convocatória. Finalizou, lembrando a necessidade da assinatura do termo de posse (para quem ainda não o fez) e lendo o seguinte documento:

MINUTA DE ATA

Aos três dias do mês de dezembro de 2018, pelas 16 horas, compareceram nesta cidade do Porto ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de serem empossados como membros do Conselho, nos termos propostos pelo Executivo da CMP, o representante do Teatro Nacional São João - Pedro Sobrado, a representante da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto - Lúcia Almeida Matos e os representantes designados pelo Presidente da CMP nos termos do artigo nº 3, alínea U do respetivo regulamento – Alexandre Alves Costa, Luísa Sequeira, Paulo Vinhas e Regina Guimarães. A tomada de posse dos membros não presentes neste ato e instalação decorrerá na reunião subsequente a que comparecerem, para os fins consequentes, históricos e probatórios. Lavrou a presente ata, que depois de lida vai ser assinada por todos que através dela tomarão posse e que eu, Rui de Carvalho Araújo Moreira, o Presidente da CMP, redigi, subscrevi e assinei, assim tomando posse.

Nota: seguiu-se o momento das assinaturas de tomada de posse pelos membros que não o tinham feito anteriormente.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião.

Redigido aos 16 dias do mês de junho de 2019 por  , Diretora do Departamento Municipal e Gestão Cultural.

O Presidente de Câmara

